

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.391.957 - SP (2018/0289661-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**AGRAVANTE** : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A  
**ADVOGADOS** : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894  
LUANA ALVES NOGUEIRA - SP327998  
MAYARA CRISTINA TOBIAS MARINS - SP305865  
RICARDO PACHECO MESQUITA DE FREITAS - DF044412  
**SOC. de ADV.** : SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS  
**AGRAVADO** : ISRAEL BORGES  
**ADVOGADO** : IRANI DE PAULA SANTOS - SP116590

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manejado contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, desafiando acórdão proferido pelo Eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (e-STJ Fl. 162):

*Plano de saúde - Obrigação de Fazer Descumprimento de ordem judicial de restabelecimento do plano de saúde do autor e de sua esposa - Recalcitrância e má-fé da demandada demonstradas Incidência das astreintes Redução, todavia, do valor pretendido Necessidade Exegese do artigo 537, § 1º, I, do CPC Precedentes do Colendo STJ - Valor arbitrado, nesta instância, que se mostra razoável e não guarda qualquer relação com a obrigação principal - Sentença reformada. Recurso parcialmente provido.*

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação dos arts. 884 do Código Civil e 536 e 537, § 1º, do CPC. Sustenta, em síntese, que *a) "a decisão que fixou a multa diária pelo descumprimento da obrigação de fazer se deu em 11/07/2016, e já em 21/07/2016 o plano do recorrido já estava reativado, de modo que não houve descumprimento do acórdão por parte da ora recorrente satisfeita a obrigação e nada havendo que se falar em aplicação da multa ora recorrida"* (fls. 177/178); *b) o valor das astreintes, fixado em R\$ 5.000,00 por dia, mostra-se desarrazoado e ilegítimo, devendo ser reduzido; e c) o resultado do somatório, cerca de R\$ 150.000,00 também é desproporcional e ultrapassa o valor da obrigação principal.*

Apresentadas contrarrazões às fls. 192/200.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, cumpre salientar que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do novo CPC, motivo pelo qual o presente recurso será examinado à luz do Enunciado Administrativo nº 3 do Plenário do STJ: *"Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC"*.

O inconformismo não merece prosperar.

A Corte de origem, com fundamento no acervo fático-probatório constante nos autos, concluiu que a ré descumpriu decisão judicial, mantendo a aplicação da multa pelos seguintes fundamentos (fls. 164/165):

*"Sem sombra de dúvidas, houve o descumprimento de ordem judicial.*

*A tutela antecipada foi mantida, em parte, pela sentença, que, inclusive, reconheceu a violação pela demandada, da boa-fé objetiva que deve nortear as partes na execução do contrato, pois, mesmo recebendo os pagamentos devidos, preferiu optar pela resolução do contrato (págs. 127).*

***Ao que parece, a constatação e a advertência judicial não surtiu nenhum efeito sobre a conduta da ré.***

*O contrato estava em plena vigência, o que significa que a demandada deveria ter providenciado o encaminhamento dos boletos de pagamento das mensalidades para o autor, como o faz para os demais associados.*

***O autor demonstrou, em págs. 142, o depósito judicial de diversas mensalidades, nos anos de 2015 e 2016, período em que deveria ele estar recebendo, em sua residência, os boletos para o devido pagamento.***

*Todavia e uma vez mais, optou por violar os mais mezinhos princípios que devem nortear a conduta das partes, na execução dos contratos, mormente tendo ciência que a esposa do autor realizava tratamento oncológico e não havia inadimplência dele.*

***A ordem judicial de restabelecimento do plano, dada em 23.10.2014, não foi nunca revogada.***

*Comprovou-se o novo e indevido cancelamento do contrato, em 29.06.2016 (protocolo 32630520160706041872 de 06.07.2016).*

*A demandada descumpriu a ordem judicial e ignorou todos os pagamentos efetuados pelo autor.*

***O restabelecimento do contrato, em 21.07.2016, somente comprova a má-fé da demandada.***

*Portanto e respeitado o entendimento externado pelo egrégio juízo, de rigor a incidência da multa".*

Nesse contexto, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, no sentido de verificar afastar a hipótese de descumprimento contratual, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

De outro lado, a Corte de origem reduziu o valor das astreintes, fixado em outubro de 2014 pelo juízo de origem em R\$ 3.000,00 (três mil reais), conforme se observa às fls. 124, para R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), pelos seguintes fundamentos:

*No entanto, o valor cobrado pelo demandante parece exagerado, apesar da recalcitrância da ré.*

*(...)*

*No caso, indene de dúvidas que a ré descumpriu a ordem judicial e somente restabeleceu o contrato, em 21.07.2016.*

*Assim, a tutela alvitrada foi, enfim, efetivada.*

*Desse modo e com fundamento no artigo 537, § 1º, I, do CPC, razoável reduzir-se o valor da multa para R\$ 150.000,00.*

*(...)*

*Por fim e não se olvidando a existência de julgados do Colendo Superior Tribunal de Justiça apontando para a necessidade de limitação das astreintes ao valor da obrigação principal, cumpre ressaltar que há acórdãos recentes daquela Corte no mesmo sentido do ora decidido e cujas ementas são a seguir colacionadas:*

*(...)*

*Portanto, considerada a recalcitrância das demandadas ao cumprimento da ordem judicial, razoável a imposição da multa, todavia, não no valor pretendido pelo autor, mas no correspondente a R\$ 150.000,00".*

Sobre o tema, cumpre ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que, em regra, é inadmissível o exame do valor atribuído às astreintes, só podendo ser reavaliado em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Todavia, essa excepcionalidade não ocorreu no caso em exame, na medida em o descumprimento de decisão judicial pela ré durou quase dois anos, de 23/10/2014 a 21/07/2016, conforme registrado pelo acórdão recorrido, e em que ficou evidenciada a má-fé da ré em não restabelecer o plano de saúde da parte autora, não se

mostrando exorbitante, nem desproporcional a obrigação imposta no presente caso.

Confira-se:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. UNIMED. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULA 83 DO STJ. VALOR DA MULTA. MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DE FATOS E PROVAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. O Tribunal de origem, ao concluir que "Não se vislumbra ilegalidade ou abusividade na decisão que, em sede de antecipação de tutela, direciona ordem de obrigação de fazer voltada a uma das cooperativas da Unimed.", decidiu em consonância com o atual posicionamento desta Corte a respeito do tema. Incidência da Súmula 83 do STJ.*

*2. As conclusões do Tribunal de origem em relação à razoabilidade do valor da multa diária fixada, caso a decisão judicial seja descumprida, não podem ser revistas por esta Corte Superior, pois demandaria reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, em razão do óbice da Súmula 7 do STJ, que impede o conhecimento do recurso por ambas as alíneas do dispositivo constitucional.*

*3. Agravo interno não provido.*

*(AgInt no AREsp 1305279/GO, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 11/09/2018)*

*DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO INDICAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REDUÇÃO DO VALOR DAS ASTREINTES PELO DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL.*

*1. Cumprimento provisório de sentença do qual se extrai o recurso especial atribuído ao gabinete em 25/08/2016. Julgamento: CPC/73.*

*2. O propósito recursal é definir se, na hipótese, a redução do valor final das astreintes - de R\$ 120 mil para R\$ 30 mil - pelo Tribunal de origem configura manifesta desproporcionalidade, a impor sua revisão.*

*3. A ausência de expressa indicação de obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais enseja o não conhecimento do recurso especial.*

*4. Consoante entendimento da Segunda Seção desta Casa, é admitida a redução do valor da astreinte quando a sua fixação ocorrer em valor muito superior ao discutido na ação judicial em que foi imposta, a fim de evitar possível enriquecimento sem*

*causa.*

*5. No entanto, se utilizado apenas o critério de comparação do valor das astreintes com o valor da obrigação principal, corre-se o risco de estimular recursos com esse fim a esta Corte para a diminuição do valor devido, em total desprestígio da atividade jurisdicional das instâncias ordinárias, que devem ser as responsáveis pela definição da questão e da própria efetividade da prestação jurisdicional.*

*6. Para se evitar essa situação, outro parâmetro que pode ser utilizado consiste em aferir a proporcionalidade e a razoabilidade do valor diário da multa, no momento de sua fixação, em relação ao da obrigação principal. Assim, verificado que a multa diária foi estipulada em valor razoável se comparada ao valor em discussão na ação em que foi imposta, a eventual obtenção de valor total expressivo, decorrente do decurso do tempo associado à inércia da parte em cumprir a determinação, não ensejaria a sua redução.*

*7. Na hipótese sob julgamento, ponderando o valor da multa diária com o período máximo de sua incidência e as peculiaridades da negativa de cobertura da operadora de plano de saúde, resta afastado qualquer equívoco na redução do valor das astreintes.*

*8. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido.*

(REsp 1658085/SP, Rel. Ministra **NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 19/03/2018)

*PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. CONTRATO DE LOCAÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. ILEGITIMIDADE ATIVA AFASTADA. ASPECTOS FÁTICOS. SÚMULA N. 7 DO STJ. VÍCIO NA CITAÇÃO. NULIDADE SUPERADA PELA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA DEMANDA. NULIDADE DA PERÍCIA. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO NÃO ATACADO. SÚMULA N. 283/STF. VALOR DAS ASTREINTES. AUSÊNCIA DE EXORBITÂNCIA. SÚMULA N. 7 DO STJ.*

*1. [...].*

*6. A intervenção do STJ para rever multa por descumprimento de decisão judicial limita-se aos casos em que o valor seja irrisório ou exorbitante, o que não se verifica na hipótese em razão das peculiaridades do caso. Incidência da Súmula n. 7 do STJ.*

*7. Recurso especial parcialmente conhecido e desprovido.*

(REsp 1401198/GO, Rel. Ministro **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/03/2015, DJe 10/03/2015)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de fevereiro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator

